

Grupo com jovens LGBTQIAP+: relato de experiência em um Centro de Atenção Psicossocial

Santos, Helen Barbosa dos ¹

Knevit, Agnaldo Engel ²

Costa, Angelo Brandelli ³

RESUMO

O artigo configura-se como relato de experiência sobre o Grupo de Atenção Psicossocial LGBTQIAP+ voltado a adolescentes e jovens de um Centro de Atenção Psicossocial. A iniciativa justifica-se pelas diversas demandas de atenção psicossocial, como a falta de acesso à saúde, preconceito intrafamiliar e violências no âmbito escolar. Além da escuta qualificada, o grupo participa de manifestações LGBTQIAP+, espaços de lazer e cultura, fomentando o protagonismo e transformação social. Revelam-se os efeitos dessa iniciativa para com as políticas públicas desse município: a) grupo de acolhimento de familiares de minorias de gênero e sexualidade; b) estratégia de educação teórico-prática com profissionais da saúde e educação para Equidade de Gênero. As intervenções multiprofissionais são amparadas em estudos feministas, da analítica *Queer* e em políticas públicas. Sinaliza-se a importância de ações articuladas intersetorialmente, envolvendo tanto usuários de saúde e educação como profissionais e gestores.

Palavras-chave: grupos LGBTQIAP+; saúde mental LGBTQIAP+; diversidade de gênero.

Group with LGBTQIAP+ young people: experience report in a Psychosocial Care Center

ABSTRACT

The article is an experience report of the LGBTQIAP+ Psychosocial Care Group aimed at adolescents and young people at a Psychosocial Care Center. The

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Visitante da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rio Grande. Pós-doutoranda Cnpq (Edital 25/2021) desde julho de 2022 pelo Grupo de Estudos em Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP/PUCRS) com Pesquisa-Intervenção em Equidade de Gênero aos profissionais de saúde e educação. Email: helenpsi@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9137118251220712>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7732-3647>.

²Secretaria Municipal de Saúde de Osório, Rio Grande do Sul. Especialista em Ética e Educação em Direitos Humanos-UFRGS. Email: anjoguy@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4203820174877283>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4048-6201>.

³Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Ciências Sociais, Medicina e Ciências da Saúde, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: angelobrandellicosta@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5392717364543465>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0742-8152>.

initiative is justified by the various demands for psychosocial care, such as lack of access to healthcare, intra-family prejudice and violence at school. In addition to qualified listening, the group participates in LGBTQIAP+ demonstrations, leisure and cultural spaces, promoting protagonism and social transformation. The effects of this initiative on public policies in this municipality are revealed: a) reception group for family members of gender and sexuality minorities; b) theoretical-practical education strategy with health professionals and education for Gender Equality. Multi-professional interventions are supported by feminist studies, Queer analytics and public policies. The importance of intersectoral coordinated actions is highlighted, involving both health and education users as well as professionals and managers.

Keywords: LGBTQIAP+ groups; LGBTQIAP+ mental health; gender diversity.

Grupo con jóvenes LGBTQIAP+: relato de experiencia en un Centro de Atención Psicossocial

RESUMEN

El artículo es un relato de experiencia del Grupo de Atención Psicossocial LGBTQIAP+ dirigido a adolescentes y jóvenes en un Centro de Atención Psicossocial. La iniciativa se justifica por las diversas demandas de atención psicossocial, como EL acceso a la salud, los prejuicios familiares y la violencia en la escuela. Además de la escucha cualificada, el grupo participa en manifestaciones, espacios de ocio y culturales LGBTQIAP+, promoviendo el protagonismo y la transformación social. Se revelan los efectos de esta iniciativa en las políticas públicas de este municipio: a) grupo de acogida de familiares de minorías de género y sexualidad; b) estrategia de educación teórico-práctica con profesionales de la salud y educación para la Igualdad de Género. Las intervenciones multiprofesionales se sustentan en estudios feministas, analítica *Queer* y políticas públicas. Se destaca la importancia de acciones intersectoriales, involucrando tanto a usuarios de salud y educación como a profesionales y gestores.

Palabras clave: grupos LGBTQIAP+; salud Mental LGBTQIAP+; diversidad de género.

INTRODUÇÃO



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261704 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261704>

Desde o ano de 2022, em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no município de região litorânea no Estado do Rio Grande do Sul, é executado grupo de regularidade semanal voltado às demandas de saúde mental à população adolescente e jovem de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneras, Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias (LGBTQIAP+), com idades entre 15 e 22 anos. A iniciativa foi implantada devido às diversas demandas de atenção psicossocial dessa população, como a falta de acesso à saúde, preconceitos e estigmas presentes na família, sociedade civil e nas instituições públicas, além de outros aspectos assinalados por jovens que procuram o serviço do CAPS e que serão analisados criticamente nesse artigo.

A violência contra jovens LGBTQIAP+ é muito mais complexa do que violências físicas e verbais, inclui, também, a invisibilidade e o assujeitamento de pessoas trans (Ercoles; Miranda; Maio, 2020) na sociedade cisheteronormativa. Como efeitos na saúde mental na atenção aos jovens, sublinha-se a sintomatologia associada principalmente à autolesão, ideação suicida/tentativa de suicídio, ansiedade/fobia social, uso de substâncias psicoativas, dentre outras sintomatologias já antes analisadas por autorias como os de Santos et. al. (2022); Chinazzo et. al. (2021) e Costa (2022). Os efeitos psicossociais gerados, por exemplo, incluem alunos transgêneros com resultados escolares piores e evasão escolar devido à ausência de acolhimento ou mesmo um clima escolar ameaçador (Feijo, et. al., 2022).

Desse modo, o grupo terapêutico LGBTQIAP+ centrou-se na oferta do cuidado em saúde mental de intervenção multiprofissional e amparada criticamente na perspectiva epistemológica em estudos feministas, da analítica queer e na saúde mental coletiva. Esse grupo perpassa tanto a escuta e compartilhamento de vivências de jovens transgêneros, (sendo a maioria pessoas não-binárias), como pela participação em atividades culturais e de mobilização social.

A partir deste ensaio teórico advindo do relato de experiência, sinaliza-se o desafio de qualificação profissional para atender as minorias de sexualidade e de gênero, visto que o projeto emergiu da qualificação prévia acadêmica e ativista no campo de atuação de profissionais que o implementaram (psicóloga e assistente social). A perspectiva de saúde mental coletiva, que busca dar materialidade aos princípios do Sistema Único de Saúde, do cuidado nos territórios comunitários, requer necessariamente atentar à realidade e especificidade da população LGBTQIAP+, e em especial de pessoas jovens



transgêneras e não-binárias, vulneráveis aos impactos de uma sociabilidade racista, sexista, heterocisnormativa e neoconservadora. Desse modo, o grupo de atenção psicossocial LGBTQIAP+ visa reconhecer adolescentes e jovens trans enquanto cidadãs de direitos, não apenas pela escuta qualificada de suas demandas e espaço de compartilhamento coletivo, mas igualmente, pelas possibilidades de agenciamento protagonista dessa população ao ocupar os espaços sociais na cidade.

Para a análise crítica dessa iniciativa, utilizaremos autoras/es dos estudos de gênero numa perspectiva da Analítica Queer, a legislação brasileira de direitos sociais LGBTQIAP+ e estudos no campo da saúde coletiva e educação sobre a temática. Em um primeiro momento descreveremos como as demandas suscitadas justificam a potencialidade do espaço coletivo, bem como as vulnerabilidades descritas por usuários/as de saúde e educação no acesso ao CAPS.

Em um segundo momento, analisaremos teoricamente o grupo como um dispositivo em seus agenciamentos coletivos para além do território restrito ao CAPS, como participação em manifestações na cidade e ocupação de espaços sociais de lazer e cultura e o diálogo com a comunidade escolar. A produção de saúde às populações vulnerabilizadas inclui torná-las agentes de protagonismo e transformação social. Ademais, a partir do dispositivo grupal, como produtor de saúde de indivíduos e comunidades à população LGBTQIAP+, produziram-se novas iniciativas, tanto no interior do serviço do CAPS como em política pública de saúde no município. Descreveremos assim, o processo de implantação e execução do Grupo de Acolhimento a Familiares de Jovens LGBTQIAP+. Também, a estratégia de educação teórico-prática ⁴para profissionais de saúde e educação como parte do processo de implantação da Política de Promoção em Equidade em Saúde no município estudado.

Objetiva-se com as práticas em saúde, a institucionalização de maneiras de garantir o cuidado humanizado em saúde às pessoas LGBTQIAP+ que sofrem diversas violências multiterritoriais, físicas, psicológicas e simbólicas.

⁴A implantação da Política de Promoção em Equidade em Saúde, contou com a participação da psicóloga que iniciou em 2022 o Grupo LGBTQIAP+ e posteriormente fora selecionada como Pós-Doutoranda na execução de Projeto de pesquisa-intervenção destinado a profissionais de saúde e educação em serviços públicos (atenção básica em saúde e ensino básico). O objetivo central de sua pesquisa-intervenção tem sido a implementação, avaliação e acompanhamento de estratégias de educação teórico-práticas em equidade de gênero, com foco na diversidade sexual e de gênero das juventudes LGBTQIAP+.



Também, visa suscitar a relevância para espaços de agenciamento coletivo que cumpre o seu caráter terapêutico não restrito apenas à escuta qualificada; complementar a ela, a mobilização e planejamento com a rede intersetorial de atenção à população municipal LGBTQIAP+ (saúde e educação). As estratégias de educação teórico-práticas de cuidado e cogestão são parte indissociáveis da redução de sofrimento psicossocial dessa população.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, em formato de relato de experiência. Segundo Daltro e Faria (2019), o Relato de Experiência possibilita a análise e produção de saberes transversais que são possíveis na narrativa enquanto instrumento de análise. Simultaneamente, circunscreve experiência, lugar de fala e seu tempo histórico, tudo isso articulado a um arcabouço teórico. Desse modo, relatos de experiência tornam-se pertinentes analisadores das problemáticas singulares e atuais, especialmente perante os desafios produzidos no cuidado em saúde mental na intersetorialidade das políticas públicas.

Esse estudo foi possível pela análise de Diários de Campo realizados no ano de 2022 e 2023, bem como a análise teórico e metodológica dessa ação, desenvolvida para apresentação de sua implementação em eventos colegiados de gestão municipal e estadual. Tratando-se de um ensaio teórico advindo do relato de experiência, este estudo não necessariamente precisaria ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa. Contudo, sendo parte das ações, diretamente relacionadas à pesquisa-intervenção pós-doutoral nas ações de educação teórico-práticas desenvolvidas, cita-se a aprovação pelo CEP/CONEP para Projetos de pesquisa que envolvem seres humanos com Certificado de Apreciação Ética (CAAE) sob o número 39059120.0.0000.5336. Além disso, esse estudo baseia-se no sigilo de informações dos sujeitos envolvidos.

Relativo à metodologia das ações desempenhadas, o grupo de adolescentes e jovens LGBTQIAP+ fora implantado inicialmente por psicóloga do CAPS e após o seu desligamento, fora assumido por Assistente Social concursado pela Secretaria de Saúde do município. Ambos fazem parte da autoria e co-autoria deste artigo, junto ao Supervisor de Pós-doutorado. Sublinha-se que a profissional de psicologia, mesmo após a saída continua a



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261704 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261704>

participar ativamente de ações intersetoriais de educação teórico-práticas voltadas a profissionais de saúde e educação do município, visto que assume o campo de sua pesquisa Pós-doutoral sobre Equidade de Gênero no Eixo Saúde-Educação vinculado a esse município (Grupo de pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

O grupo de jovens LGBTQIAP+ iniciou no ano de 2022, em caráter operativo, com cerca de 06 participantes que apesar da diferença geracional, (entre 15 a 22 anos), possuíam demandas similares como: exclusão escolar e intrafamiliar especialmente de jovens que se autodeclaram não-binários, acesso a tratamento hormonal pelo SUS, preconceito e estigma social, sintomas de depressão e ansiedade próprio do estresse das minorias de gênero e sexualidade. Atualmente, o grupo conta com 14 participantes com presença ativa nos encontros semanais e nos encontros “extramuros” do CAPS. As idades continuam abrangentes devido à avaliação dos benefícios proporcionado pelo marcador social geracional ampliado, tais como: compartilhamento de experiências vividas, apoio social de integrantes mais velhos com os mais novos, semelhanças entre preconceitos vividos em distintos espaços sociais como trabalho e escola.

Tabela 1: perfil de participantes do Grupo LGBTQIAP+ em fevereiro de 2024.

Idade	Identidade de gênero
15	Homem Trans
15	Homem Trans (não-binária)
15	Homem Trans (não-binária)
17	Mulher Trans
18	Gênero fluído(não-binária)
19	Gênero fluído (não binária)
19	Mulher Trans
20	Homem Trans



21	Homem Trans
21	Homem Trans
22	Mulher Trans
22	Mulher Trans (não-binária)
22	Homem Trans
22	Gênero fluido (não-binária)

Fonte: elaborado pelos autores.

Sobre a não-binariedade entende-se como “um termo guarda-chuva que abrange as identidades que estão além do binário de gênero, homem e mulher, podendo ser a ausência, a fluidez ou a ambiguidade/multiplicidade de gêneros” (Lima, 2020, p. 170). Nem todo não-binário é gênero fluido. Por ser uma identidade ‘guarda-chuva’, a não binaridade inclui pessoas que transitam entre os dois gêneros (gênero fluido) mas também quem recusa ambos (agênero).

O grupo foi formado através do encaminhamento pela psicóloga e por outros profissionais multidisciplinares da equipe e passou a ser realizado no amplo espaço de refeitório do CAPS semanalmente, mantendo-se enquanto um setting terapêutico, garantido o sigilo durante sua duração (1:30 minutos). O enquadre do grupo permite a inclusão de novos/as integrantes, encaminhados/as pelo CAPS, mas há jovens que se reconhecem como pessoas trans ou não binárias e sabendo da existência desse espaço, buscaram diretamente pelo seu acesso através do acolhimento em saúde, enquanto primeira escuta que dependia da busca ativa de usuários/as/es de saúde.

A primeira escuta, realizada por profissional multiprofissional, possibilita reconhecer as demandas e necessidades em saúde mental e os devidos encaminhamentos possíveis a partir de sua problemática social. Alguns adolescentes, que já estavam em atendimento psicoterápico individual pela equipe multiprofissional, ao tomar conhecimento do grupo também buscaram esse espaço terapêutico. Assim, parte do público vinculado ao Grupo



LGBTQIAP+ permaneciam em psicoterapia individual e/ou atendimento psiquiátrico e parte estava vinculado exclusivamente ao espaço grupal de atenção psicossocial.

Resultados e discussão

1. Demandas de saúde da população jovem LGBTQIAP+

Nesse universo às vezes desesperançado e desesperadamente fundamentalista na busca de verdades absolutas, os grupos poderiam indicar uma certa esperança: a de sustentar alguma utopia, tecer redes solidárias e acabar com “o cansaço feito de esperas infinitas” (Jasiner, 2008, p. 25, tradução nossa).

Esse trabalho se configura como relato de experiência de profissionais da área da saúde, (psicóloga e assistente social), de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em município de médio porte com uma população total estimada em 44.000 mil habitantes. No Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I) são acolhidas pessoas de todas as idades (crianças, adolescentes, adultos, idosos) com sofrimentos graves e persistentes de diferentes faixas etárias. Estimula-se sua integração social e familiar, apoiando-os em suas iniciativas de busca da autonomia em seu território, neste espaço, que desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares, possibilitando a reabilitação psicossocial.

Os/as profissionais em equipe interdisciplinar de saúde do CAPS propiciam acolhimento para dar suporte à travessia que o/a outro/a deve construir em sua experiência. Além disso, os/as profissionais atuam na discussão de casos em equipe, psicoterapias, atendimento às crises, elaboração de planos individuais de cuidado, ações de matriciamento às equipes de atenção básica em saúde, grupos e oficinas, atividades dirigidas diretamente à reinserção social e o planejamento e execução do trabalho intersetorial (CREPOP, 2013).

Inicialmente, no ano de 2022, o dispositivo grupal servia de escuta das problemáticas compartilhadas em cada encontro, no entanto, ao decorrer da coordenação assumida por parte de profissional assistente social, por indicação dos próprios participantes, a metodologia operativa propõem uma



aliança terapêutica mais ativa e participativa, com utilização de recursos lúdicos e artísticos, com possibilidade de tarefas pré-definidas entre os participantes, na realização de encontros que ocorrem tanto no CAPS como em espaços da cidade, a depender das combinações realizadas.

Assim, cabe destacar a dimensão multiprofissional no contexto histórico do grupo e a atenção psicossocial indissociável da educação para a cidadania, no sentido de proporcionar às pessoas uma tomada de consciência para o acesso de direitos que lhe são negados, bem como, para a sua inserção nas mais diversas formas de organização social na busca por novas conquistas de forma coletiva.

De acordo com a De Souza Muller (2023), as estratégias de aproximação a determinados segmentos, particularmente a população em situação de maior vulnerabilidade, têm trazido a necessidade de desenvolver mecanismos de acesso diferenciados para esses grupos, que apresentam características relacionais que os distinguem de outros segmentos sociais já incluídos na agenda dos serviços de saúde e da educação.

Assim, a iniciativa de implantação de grupo específico à população LGBTQIAP+ é um analisador para nossas reflexões. As condições de possibilidades para sua emergência emergiram, principalmente, a partir da própria demanda de usuários/as de saúde, em que inicialmente tiveram atenção psicossocial individualizada através do sistema de acolhimento na primeira escuta sobre as principais demandas do sujeito e seu contexto de vida. Uma pluralidade de demandas em saúde emergiu por parte de adolescentes e jovens adultos identificados/as como mulher trans, homem trans ou pessoas trans não-binárias.

A visibilidade de usuários/as de saúde, adolescentes e jovens adultos LGBTQIAP+, despertaram atenção dos/as profissionais de saúde que passaram a direcionar as demandas para a profissional de psicologia no ano de 2022, que atualmente é bolsista de pós-doutorado de psicologia social no campo das relações de gênero e sexualidade. Com a saída dessa profissional, fora passada a coordenação do grupo para profissional Assistente Social implicado em espaços de Controle Social a nível federativo de direitos LGBTQIAP+.

No entanto, as referências técnicas não podem ser designadas apenas a profissionais que possuem conhecimento prévio ao campo de atuação, visto que as práticas equitativas em saúde nas equipes de saúde e educação



dependem da multiprofissionalidade e da institucionalização da diversidade nas práticas de cuidado. As dúvidas e encaminhamentos de atendimentos em saúde mental dirigidos a determinados profissionais conferem-se como um analisador institucional dos processos de trabalho diante da vulnerabilização social que exige um saber-fazer aliado às demandas e necessidades de saúde singulares e humanizadas.

Lourau (2014, p. 303) denomina analisador "àquilo que permite revelar a estrutura da organização, provocá-la, forçá-la a falar" (grifo nosso). Diante de um analisador, não é possível os sujeitos se isentarem da tomada de posição, de modo que explicitam suas implicações com as instituições e os modos de agir. No contexto pesquisado no município, percebeu-se que não há uma apropriação intersetorial acerca das demandas de minorias de sexualidade e gênero, tampouco pelo setor das políticas de saúde. As políticas de equidade, especificamente a LGBTQIAP+, dependem muitas vezes de iniciativas micropolíticas de profissionais, sujeitos e grupos sociais para convocarem a problemática social invisibilizada.

A nível macropolítico, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Transexuais (Brasil, Portaria nº 2.836, de 11 de dezembro de 2011) surgiu um conjunto de diretrizes e ações necessárias para a garantia dos direitos da pessoa LGBTQIAP+ nos serviços públicos de saúde e educação. Tal política foi o resultado da luta de movimentos sociais que em conjunto com o Ministério da Saúde, apontava a necessidade de políticas públicas que abrangessem toda a complexidade que envolve as questões de saúde integral da população LGBTQIAP+, para além da visão limitada que associava a saúde desta população apenas com a prevenção e tratamento do HIV.

No entanto, a falta de incentivos em políticas de equidade no ensino e saúde pública revelam que os segmentos do poder público e/ou sociedade civil possuem tendência neoconservadora na política brasileira, fomentada pela relação entre instituições religiosas neopentecostais, ala conservadora do catolicismo com o governo presidencial anterior às últimas eleições presidenciais (Picoli & Guilherme, 2020). A forma de governar que tem sido definida por autoras (es) é definida como neoconservadorismo, uma aliança entre o conservadorismo e o neoliberalismo (Biroli, Machado, Vaggione, 2020). Enquanto racionalidades políticas distintas, neoliberalismo e neoconservadorismo possuem características que se contrapõem e outras que se sobrepõem. Dentre as aparentes incompatibilidades entre as racionalidades,



Quintela (2024) ressalta que, essencialmente, o neoliberalismo é desprovido de conteúdo moral específico, enquanto o neoconservadorismo baseia-se justamente na regulação da moral.

O resultado principal da aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo é justamente o esvaziamento da cultura política democrática e a produção de cidadãos não democráticos (Brown, 2021). Um elemento que caracteriza o neoconservadorismo brasileiro é a ficção reacionária da “perda do mundo” para o inimigo entre nós, presente nas entrelinhas das justificativas, por exemplo, dos Projetos de Lei do Movimento Escola sem Partido e do Homeschooling⁵, do Decreto da militarização e no ataque às produções científicas presentes nos livros didáticos escolares (Picoli, 2020).

Outra característica que reduz determinadas crianças e adolescentes à anormalidade e à ameaça de uma nação se ancora na lógica fomentada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, em que a privacidade familiar só é garantida às famílias tradicionais, na medida em que a institucionalização de uma moralidade conservadora significa uma intervenção do Estado nas escolhas de famílias e sujeitos que não se conformem aos moldes tradicionais (Quintela, 2024).

Nisso reside o conceito de heteronormatividade, que não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, ela se inscreve, sobretudo, como efeito contemporâneo do dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar a todos/as para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” (Richard Miskolci, 2009).

Mas a heteronormatividade só pode ter esse título porque antes é cisheteronormatividade. Todo o sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros. (Rosa, 2020, p. 68). “Este sistema é intrínseco às relações de poder e faz com que o diferente tenha uma qualificação negativa reafirmando, portanto, a matriz cisheteronormativa” (Grespan e Gollner, 2012, p. 104). De Lauretis (1994) ressalta que gênero é produzido por uma tecnologia, uma

⁵Modalidade de ensino em que as famílias ensinam os filhos em casa, amplamente apoiada por alguns setores conservadores, especialmente após pandemia por Covid 19 a partir de março de 2019.



maquinaria de produção (que formam discursos que se apoiam nas instituições do Estado – como a família, a escola etc.).

O despreparo por parte dos profissionais pode justificar o afastamento da população LGBTQIAP+ dos serviços de bem-estar social (Shihadeh, Pessoa & Silva, 2021). Assim como no estudo de Gomes & Junior Tesser (2022), os achados revelam que profissionais da Atenção Básica na ocasião de encontros de educação teórico-prática em equidade de gênero, relataram que não têm o hábito de perguntar rotineiramente a seus pacientes sobre sua sexualidade ou identidade de gênero, e que ainda há uma necessidade de desconstruir estigmas e abordar de maneira mais natural possível, visando um atendimento mais adequado e integral.

Confluyente a esse cenário, o Grupo em Atenção psicossocial LGBTQIAP+ emerge em uma época na qual o município foi considerado com alta prevalência de suicídios entre jovens. No ano de 2019 houve 36 suicídios (Ministério da Saúde, 2020), 90% de menores de 20 anos de idade. Assim, os relatos coincidem com os estudos sobre a alta prevalência e gravidade de sofrimento psicopatológico, transtornos mentais e comportamentos de risco à saúde, nas minorias de sexualidade e de gênero, quando comparado aos grupos cisgêneros e heteronormativos (Souza, Marques, Scanavino, Zamignani; Costa, 2022).

Os suicídios e as tentativas de suicídio de adolescentes e jovens por vezes não chegavam previamente ao CAPS, o que suscitou ao município implementar ações de saúde que prevenissem o agravo em saúde. Enquanto serviço de saúde mental do município, iniciou-se o acompanhamento às escolas que coletivamente estavam vivendo o luto por suicídio de adolescentes, a fim de propor rodas de escuta socioemocional para acolhimento e informação acerca da temática, bem como participação da equipe de professores em espaços de educação permanente.

Uma proporção maior de pessoas trans e não-binárias são geralmente encontradas entre os jovens que são vítimas da ideação ou suicídio consumado. Esta população é marginalizada e, como tal, ocorre o risco de ser estigmatizada e de desenvolver resultados de saúde negativos (Scandurra, et al., 2019). Entre um número expressivo de jovens transgêneros/as com vivências similares em termos de problemáticas relativas à preconceito e estigmas pela diversidade sexual e de gênero acompanhadas pela psicóloga



de referência e por alguns profissionais da equipe, houve o consenso da necessidade de instituir um grupo de apoio terapêutico LGBTQIAP+.

Em todos/as usuários/as de saúde, (desde o grupo iniciado com cerca de 6 jovens e posteriormente com a participação de cerca de 14 integrantes) presentes no Grupo LGBTQIAP+, predominava a ansiedade e sintomas de depressão associados diretamente pela exclusão e ataque aos modos de viver a sexualidade e suas identidades de gênero, tais como: a negativa em ser chamado pelo Nome Social⁶ na família, escola e trabalho, o temor em sofrer preconceito nos serviços de saúde, a falta de informações e acesso aos tratamentos de saúde (especialmente o acesso a tratamento hormonal), muito devido à ausência de profissionais disponíveis na rede pública e privada de saúde da cidade para oferta deste tratamento e acompanhamento de saúde.

Recorrentemente traziam episódios de violência institucional no ambiente de trabalho, isolamento no âmbito escolar e social, abuso sexual intrafamiliar vividos na infância. As dificuldades inter-relacionais se davam, sobretudo no ambiente familiar. Diversos foram os relatos de adolescentes que tentaram suicídio devido à falta de apoio e são reflexo do rechaço da família a respeito da diversidade de sexualidade e gênero vivida pelos/as filhos/as. A evasão escolar (aos adolescentes) e a alta rotatividade nos espaços de trabalho (aos jovens) era uma tangente de expressão do preconceito e estigma vividos nestes locais.

Entre pessoas transgêneras binárias e não-binárias, rapidamente o grupo expandiu-se de modo espontâneo para além de seu enquadre institucional. Todas pessoas possuíam um enlace social frequente com os jogos online de RPG⁷. Alguns faziam uso complementar a outros grupos sociais, no entanto, a maioria como uma jovem trans de 18 anos, possuía uso excessivo de jogos virtuais, não conseguindo estabelecer outros enlances sociais, como estudo, trabalho e amizades.

⁶Nome Social é direito social garantido pelo Decreto Nº 8.727, no ano de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal. Também em 2018, em relação ao uso de Nome Social, o Ministério da Educação publicou a Portaria n. 33, que institui a possibilidade de uso do nome social nas instituições de educação básica de todo o país.

⁷RPG é a sigla em inglês para role-playing game, um gênero de jogo no qual os jogadores assumem o papel de personagens imaginários, em um mundo fictício (Disponível em: <https://www.significados.com.br/rpg/>).



O âmbito virtual, coloca-se como um território de sociabilidade aparentemente seguro e a possibilidade de enlances sociais através do pertencimento identitário. Percebe-se os desafios implicados nas territorialidades casa-rua, para que escola e serviço de atenção básica façam parte dos mapas de segurança, ou seja, a construção subjetiva da escola e comunidade como territórios seguros a adolescentes e jovens enquanto minorias de gênero e sexualidade. Os mapas de segurança auxiliam a analisar o quanto gênero, sexualidade, raça, classe e outros marcadores de diferença agem de formas diversas na relação afetiva que estabelecemos com os lugares (topofilia), bem como no sentimento de aversão (topofobia) e, juntos, constroem a nossa identidade espacial: a forma como nos relacionamos com o espaço e suas representações (Almeida, 2022, tradução nossa).

De todo modo, o compartilhamento de espaços virtuais entre as pessoas do Grupo de Atenção Psicossocial LGBTQIAP+ e encontros informais em espaços de lazer como praça e shows na cidade, possibilitou uma relação de vínculo e confiança em um curto espaço de tempo. Recorrentemente as experiências vividas nesses outros momentos traziam diversos diálogos no grupo do CAPS.

A participação multigeracional mostrou-se produtiva. Houve, por exemplo, a ocasião em que alguns integrantes passaram através do RPG a performarem em um dos jogos, personagens que se constituíam como uma família, onde os participantes mais velhos eram pais e mães de integrantes mais novos. A situação vivida no RPG gerava momentos de humor nas narrativas grupais e simbolizava o cuidado com que mantinham uns/umas sobre os/as outros/as.

Fora desse imaginário, as famílias de origem de muitos/as deles/as, principalmente de adolescentes do grupo, eram narradas com sentimentos associados à tristeza ou revolta. Existia uma sensação por parte deles/as de distanciamento afetivo completo e falta de confiança na aceitação da sua identidade de gênero.

Outro aspecto recorrentemente endereçado ao grupo eram os valores morais considerados tradicionais pela sociedade que provocam uma resistência dos pais (que comumente também são profissionais de serviços da saúde e educação). Ocorre uma dissonância em entender o “mundo” dos filhos, esses que já nasceram em um contexto em que a diversidade de gênero e orientação sexual adentra o reconhecimento no cenário social. Os preconceitos



e estigmas em torno das pessoas LGBTQIAP+ são atravessados pelo modelo patriarcal da família brasileira. Assim, há uma dificuldade em visibilizar a diversidade de modos de pensar as noções de família (Torres; da Silva, 2021)

Outros assuntos que emergem também com muita frequência são os relatos daqueles que fazem uso de hormônios e daqueles mais jovens que gostariam de acessar esse direito. Uma das adolescentes de 14 anos, por exemplo, gostaria de ter acesso aos bloqueadores de hormônio. Passado um tempo, decidiu que se beneficiaria bastante com o grupo no CAPS devido a outras questões subjacentes. Aspectos como o direito ao Nome Social nos espaços escolares, de trabalho e de saúde, acesso à informação sobre o tema e sobre o acesso à terapia de hormonização são as demandas principais assinaladas nesse Grupo, o que também convoca os/as profissionais ao trabalho intersetorial no eixo saúde-educação do município.

O Processo Transexualizador no SUS, que foi ampliado em 2013, define que a hormonização só pode ser iniciada com 18 anos ou mais. Depois disso, a resolução do CFM nº 2.265/2019, reconheceu a possibilidade do início de hormonização cruzada aos 16 anos de idade com o consentimento dos responsáveis legais. Outra recomendação (TelesaúdeRS/UFRGS, 2022), para pessoas acima de 18 anos, é que o acompanhamento possa ser realizado com equipe multiprofissional capacitada na Atenção Primária em Saúde, considerando a necessidade de redução de danos e o potencial prejuízo que o uso indiscriminado de hormônios sem orientação e acompanhamento adequado pode ocasionar.

No contexto deste relato de experiência, mesmo para os/as maiores de 18 anos, o acesso à hormonização se mostra dificultoso. No município pesquisado, a única médica endocrinologista no quadro de trabalhadores/as do SUS negava-se a atender usuários/as de saúde com essas demandas. Alguns/mas jovens, chegavam a buscar profissionais particulares. Exceção foi uma das jovens trans de 18 anos, que em sua Unidade Básica de Saúde, teve sua demanda atendida por uma médica clínica geral, através de supervisões com endocrinologista do TELESSAÚDE/RS⁸.

⁸TELESSAÚDE é componente da Estratégia de Saúde Digital para o Brasil, tem como finalidade a expansão e melhoria da rede de serviços de saúde, sobretudo da Atenção Primária à Saúde (APS), e sua interação com os demais níveis de atenção fortalecendo as Redes de Atenção à Saúde (RAS) do SUS. Acessado em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/seidigi/saude-digital/telessaude/telessaude>



Profissionais dos serviços de atenção básica desse município e mesmo usuários/as de saúde que buscaram acesso ao Grupo LGBTQIAP+, acreditavam que apenas o serviço de base hospitalar do Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (PROTIG), possibilitaria o acesso ao tratamento de hormonização. Muitos/as usuários/as de saúde ficavam muitos anos esperando o encaminhamento realizado pela atenção básica ao PROTIG, enquanto um dos cinco centros de referência do País no processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), com oferta de cirurgia de redesignação sexual.

Tendo em vista também o âmbito escolar, o último aparato legal de recomendação do direito ao Nome Social se deu pela Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023 que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas transgêneras binárias e não binárias nos sistemas e instituições de ensino. Nessa Resolução Federal, o uso do nome social deve ser feito tanto na chamada de registro de frequência, como no cotidiano escolar por todos os sujeitos. Além disso, o documento estabelece o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados sejam estabelecidos conforme a identidade e/ou expressão de gênero de cada estudante.

Para participantes do grupo de saúde mental LGBTQIAP+ que se identificavam como não-binários, a questão do acesso a hormonioterapia nem sempre era uma demanda dos participantes do espaço terapêutico. No que se refere a adolescentes e jovens, haviam sentimentos e percursos sociais de difícil mensuração por parte da sociedade e família. A busca pela hormonização não era uma das suas demandas de saúde no momento mas imperavam dúvidas e necessidade de informações direcionadas a integrantes que faziam uso de tratamento hormonal, sendo geralmente o público jovem do grupo acima de 17 anos.

A literatura acerca de pessoas não-binárias é esparsa, em parte, porque os estudos têm considerado a população transgênera de maneira homogeneizada. Pessoas não binárias possuem necessidades de saúde e experiências com os itinerários de acesso em saúde específicos e experenciam diversas barreiras que necessitam ser melhor analisadas em novos estudos (Scandurra, 2019, tradução nossa).



Jovens não binários, enfrentam desafios únicos durante o desenvolvimento de sua identidade, sentimentos de invalidação e apagamento da própria identidade de gênero, gerenciamento de estigma internalizado, descoberta de categorias de linguagem e novas narrativas para descrever e tornar suas próprias experiências significativas para si e para os outros, e realizar um processo constante de aceitação de sua identidade interna, em vez de ser influenciado por fatores externos (Scandurra, 2019, tradução nossa).

Um exemplo, rememorado no âmbito grupal desse estudo era de um adolescente trans não binário que dizia na escola sentir-se em um “limbo”: não se sentia pertencente nem ao grupo de colegas auto identificados como heterossexuais e cisgênero, nem ao grupo de adolescentes homossexuais de gênero binário. A fluidez de viver seu corpo e subjetividade fazia da sustentação de seu Nome Social um desafio maior por não ser reconhecido na passibilidade cisheteronormativa. Constantemente colegas e professores o chamavam pelo pronome e nome feminino no qual rechaçava há mais de 1 ano.

Todavia, suas angústias relacionadas à vida escolar, após muitos encontros e ouvidos os integrantes do grupo, possibilitou que esse pensasse em estratégias de visibilidade e aproximação com os colegas na escola. Como ficava constantemente à sós no momento dos intervalos de aula, passou a carregar um livro de romance LGBTQIAP+ e a vestir a bandeira do símbolo das pessoas transgêneras (binárias e não binárias). Essas táticas produziram novas aproximações com outros colegas.

Autores da área, revelam que no caso de jovens não-binários a passibilidade é um conceito fundamental: a passibilidade traduz como uma pessoa transgênera pode ser lida como pessoa cisgênera, não-trans em sua forma física, roupa, estilo de falar, gesticular e reproduzir de acordo com os atuais estereótipos de gênero em nosso universo ocidental. “Passar” é o mesmo que ser reconhecido na vida cotidiana como alguém que está de acordo com as normas de gênero. Passar, para algumas pessoas trans, é um aspecto fundamental, seja para a prevenção da violência ou para a satisfação pessoal (Lucena, 2018).

Como alerta María Lugones (2012), o sistema de gênero moderno/colonial, apesar de pressupor universalização e atribuir um “gênero binário indiscriminadamente, só reconhece um gênero, de fato, aos sujeitos eurocentrados/as, brancos/as, burgueses/as e cisheterossexuais; ou seja,



aos/às próprios/as colonizadores/as”. O processo de colonização pressupõe a generificação e binarização nas sociedades antes organizadas de formas variadas e, geralmente, não pautadas nesses binarismos excludentes (Simionato, 2022). Assim, nas sociedades ocidentais, o gênero homem significa (no pensamento colonial/moderno) um ser de razão, civilizado, público-político, ao passo que todo o resto é feminilizado e tornado como sujeito passivo, frágil, casto, privado, inferior (Lugones, 2012, p. 131).

Desse modo, pontua-se a necessidade da visibilidade do tema para além da binariedade, quando discursos neoconservadores avançam nos contextos educacionais e sociais em nosso país. Os estudos dentro das áreas da psicologia e da educação devem ser reforçados para que possam trabalhar como propulsores de garantia de direitos e de qualidade de vida a todas as pessoas, amparados no embasamento de pesquisas científicas sobre os temas de sexualidade e gênero (Blankenheim et. al, 2021).

2. O protagonismo do Grupo LGBTQIAP+ como dispositivo de cuidado em atenção psicossocial

Violências físicas e psicológicas que jovens trans sofrem em seu cotidiano não raramente são reiteradas pelo silenciamento de suas necessidades e demandas por políticas de bem-estar social. Criar um espaço de reconhecimento das identidades e de trocas de experiências é oportunizar uma consciência coletiva deste modo de ser/estar no mundo e forjar estratégias de enfrentamento a grupos neoconservadores e de reconhecimento da transexualidade, como forma legítima de existência. Possibilita a busca de estratégias de resistência às inúmeras vulnerabilidades a que estão expostos/as.

O grupo LGBTQIAP+ em questão, se coloca enquanto um dispositivo de produção de subjetividade e da resistência às novas formas de dominação. Nesse sentido, reflete-se sobre a vida ao interagir e atuar sobre ela. Busca-se a diferença e a singularidade, enquanto espaços de produção do novo, de acontecimentos outros (Amaral, 2018).

Frequentemente os encontros semanais ocorrem “extra-muros” ao CAPS. Por exemplo: uma das atividades externas ocorreu no sítio de um dos



familiares de uma adolescente do grupo, com principal intuito de confraternização de final de ano, contemplando um almoço coletivo em meio a natureza. No cuidado em territórios múltiplos são incluídas estratégias de intervenção de atividades de lazer e cultura.

Assim, o espaço de cuidado expande-se para além da própria escuta terapêutica, ao possibilitar trocas sociais e educação sobre os direitos sociais. Como exemplo, no ano de 2023, foram efetivadas visitas institucionais a Organizações da Sociedade Civil existentes em outra cidade na região metropolitana do Rio Grande do Sul, com ações de defesa e garantia de direitos de LGBTQIAP+. Precedido da visita ao Parque da Redenção onde ocorrem as Paradas Livres, foram visitados a ONG Somos⁹ e Igualdade RS¹⁰. Esses encontros suscitaram aos adolescentes e jovens a confecção de uma bandeira personalizada do movimento trans.

Ainda no ano de 2023, o Grupo vinha debatendo a proposta de uma atividade externa alusiva ao Mês do Orgulho LGBTQIAP+, que foi promovida pelo projeto do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, onde ocorreu a exposição da bandeira símbolo da população Trans confeccionada pelos participantes, além da confecção de panfleto sobre o grupo e informações educativas sobre a população trans para essa ação externa. Nesse sentido, a noção de grupo como um dispositivo fomenta o protagonismo dos jovens envolvidos, colocando-os como produtores ativos de educação para a cidadania.

2.1 Protagonismo dos direitos LGBTQIAP+ com a rede intersetorial

É de suma importância, nesse relato de experiência, também assinalar que a implementação do Grupo de Atenção Psicossocial LGBTQIAP+ possibilitou uma reestruturação da gestão do cuidado da rede intrasetorial e intersetorial do município, a partir de propostas de educação teórico-prática

⁹A trajetória da SOMOS iniciou em 10 de dezembro de 2001, quando ela foi fundada por militantes advindos/as das áreas de luta contra a aids e do movimento LGBTI+ e executa projetos na Saúde, Justiça, Educação, Cultura e Comunicação.

¹⁰Já a Igualdade RS é uma Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul e sua atuação está relacionada aos Direitos Humanos, Saúde e Cidadania, fundada em 1999.



sobre a saúde LGBTQIAP+. A gestão da Secretaria Municipal de Saúde se mostrou sensível às demandas de populações específicas e instituiu Grupo de Trabalho, responsável por propor, monitorar e implementar a Política de Promoção da Equidade em Saúde no Município. Este grupo de trabalho elaborou minuta de um projeto de lei, o qual foi submetido às coordenações de responsáveis técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, Conselheiros do Conselho Municipal de Saúde e contou com a colaboração e sugestões de pessoas Trans binárias e não-binárias e participantes do Grupo LGBTQIAP+ ressaltado neste estudo.

Em novembro de 2023 foi publicado o Decreto que “Dispõe sobre as medidas para implementação de Política Municipal de Promoção da Equidade em Saúde”. Para tanto, o assistente social do CAPS, a profissional de psicologia do CAPS (pós-doutoranda desde o ano de 2022) e alguns representantes da Secretaria Municipal de Saúde investiram em evento de Educação Permanente voltado à trabalhadores/as do SUS profissionais de educação integrantes do Programa Saúde na Escola ¹¹(diretores, professores e/ou orientadores educacionais) com ações destinadas à promoção da equidade em saúde à população LGBTQIAP+.

O projeto de educação permanente intitulado “EQUIDADES: conversando sobre a saúde da população LGBTQIAPNb+” foi realizado em dois encontros, cada um com duração de 05 horas/aula, ocorridos em novembro de 2023. Teve a participação de 270 profissionais da atenção básica em saúde e da educação ligados ao Programa Saúde na Escola do município. Os encontros foram ministrados pela pós-doutoranda através de pesquisa-intervenção em equidade de gênero no eixo saúde-educação da Pós-Graduação em Psicologia do Grupo de Pesquisa XXXX. Também participou ativamente como ministrante a bolsista de Iniciação Científica da Universidade XX do Grupo de Pesquisa XX e Assistente Social do CAPS, também coordenador do Grupo de Atenção psicossocial LGBTQIAP+. Foram ordenados cinco tópicos a serem trabalhados, quais sejam: 1. Promoção da Equidade; 2. Práticas de Atendimento, Acolhimento e Cuidado; 3. Educação

¹¹O Programa Saúde na Escola (PSE), sancionado pelo decreto presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, desenvolvido intersetorialmente pelos Ministérios da Saúde e da Educação. O principal objetivo do programa é desenvolver ações de promoção da saúde articuladas entre os setores da saúde e educação, visando o cuidado e a educação integral para a melhoria da saúde do público escolar.



Sexual e de Gênero no âmbito escolar e da saúde; 4. Diversidade Sexual e de Gênero e 5. Direitos Sociais Conquistados.

As temáticas relacionadas eram advindas da pesquisa Pós-Doutoral que abarcou perspectivas teóricas feministas, da analítica queer, decolonial e de estudos brasileiros e internacionais em saúde mental LGBTQIAP+. Foram analisadas bibliografias acerca da linguagem inclusiva LGBTQIAP+ no cotidiano da escola e dos serviços de saúde, as relações (tensionamentos e potencialidades) entre escola, família de crianças e adolescentes LGBTQIAP+, estresse de minorias de sexualidade e gênero e prevenção à violência LGBTQIAP+. O Assistente Social do CAPS trabalhou questões relativas a direitos sociais e políticas públicas de minorias de gênero e sexualidade no âmbito escolar e da saúde, como direito a uso de banheiro nas escolas, uso do Nome Social, terapia hormonal. A educação no campo da sexualidade e relações de gênero favoreceram a reflexão e uma intervenção profissional comprometida com práticas de acolhimento e cuidado com respeito às pessoas.

Os encontros foram abertos à participação dos profissionais de saúde e educação da rede pública presentes no evento. Além dos diálogos realizados, a estratégia de educação teórico-prática contou com materiais de educação socioemocional que foram disponibilizados e compartilhados na Plataforma PADLET¹². Assim, além dos vídeos e materiais didáticos, fora disponibilizado atividades/dinâmicas dos manuais do Programa H e Programa M do Instituto Promundo. O Promundo¹³ é uma organização não-governamental brasileira que atua no Brasil e internacionalmente – com escritórios no Rio de Janeiro (Brasil), em Washington, DC (Estados Unidos) e em Kigali (Ruanda) – para promover relações de gênero equitativas. (Moura et.al., 2012). Buscou-se o compartilhamento e apropriação de modos de compreender, intervir e apoiar jovens a partir dos conteúdos mobilizados no contexto da equidade de gênero para propor a multiprofissionalidade no contexto da atenção básica em saúde e no contexto educacional a formação de facilitadores e multiplicadores de estratégias de educação socioemocional para prevenção à violência de gênero.

¹²O Padlet (<https://pt-br.padlet.com>) é uma plataforma em que é possível criar murais interativos e colaborativos. Por meio dessa plataforma, é possível gratuitamente anexar arquivos, realizar atividades, acompanhar o processo de ensino-aprendizagem.

¹³ Acesso em: <https://promundo.org.br/>



Assim, sobre os desafios vivenciados pelos profissionais da saúde e educação, muitos sentem-se angustiados com os relatos recorrentes de preconceito, discriminação e violência sofridos pelos adolescentes LGBTQIAP+. Algumas das demandas trazidas pelos profissionais se relacionam à dificuldade em classificar os termos adequados para cada indivíduo, tensão ao abordar esse assunto com os pais e dificuldade para trazer essa temática ao serviço sem viés preconceituoso. Há também o relato daqueles que admitem certa dificuldade em lidar com seus preconceitos, especialmente os que estão relacionados à ideia que associa a necessidade de reconhecimento de jovens LGBTQIAP+ à “moda”, como algo passageiro, na tentativa de desqualificar a não-binaridade (Diário de Campo, 2023). Constata-se, no entanto, que a maioria dos profissionais sente necessidade de atualização constante referente ao assunto, por se tratar de um “tema bastante fluido” (Diário de Campo, 2022).

Ao proporcionar espaços de compartilhamento de vivências associadas ao tema das minorias de gênero e sexualidade no cotidiano dos serviços de atenção em saúde e educação, possibilitou-se perceber a influência das valorações morais em torno dos marcadores sociais (gênero, raça e classe social) nas múltiplas relações sociais no âmbito escolar e da saúde. O principal aspecto sobressalente é a mediação da escola a pedido do adolescente/jovem com sua família, pois são requeridos por educandos a ajudá-los nesse processo de comunicação sobre sua sexualidade/gênero com os familiares.

A maioria dos autores pesquisados, referem que a maior parte das iniciativas na educação em sexualidade e gênero ocorrem isoladamente, mais como propostas advindas de instituições de ensino, projetos de extensão universitária e movimento de organizações não-governamentais do que enquanto parte de um projeto de governo que estaria alocado em políticas públicas com foco na prevenção à violência e juventude no âmbito escolar. Nas pesquisas de Martins (2017); Klug, Lima e Lebedeff (2016) e Nascimento (2021, p.160) foi possível perceber a facilidade com que o ambiente escolar tende a reproduzir papéis de gênero. Ainda assim, a escola muitas vezes parte para um viés biológico – e não social – no ensino da sexualidade.

Neste processo de educação permanente, buscamos dar voz às pessoas trans relatando suas dificuldades e desafios de acesso aos serviços



de saúde, educação, entre outros. Certamente as demandas emergidas do Grupo de atenção psicossocial LGBTQIAP+ possibilitou a leitura da realidade vivida por essa população, densificando o conteúdo e didática da educação teórico-prática.

2.2 Protagonismo de estratégia com a rede intrafamiliar de pessoas LGBTQIAP+

Diversos autores sinalizam que a identidade LGBTQIAP+ emerge em sua complexidade na adolescência ou até mesmo na infância. As famílias são de extrema relevância nesse percurso; elas tanto podem ser geradoras de violência física ou simbólica, como ser fonte de apoio aos estigmas e preconceitos vividos (Frazão, 2008; Reis, 2017). As famílias tipicamente reagem mal no início, existindo muitas vezes reações de rejeição emocional, violência verbal ou física e mesmo expulsão de casa.

A rejeição explícita não é a situação mais comum, visto que o silenciamento tácito acerca da identidade de gênero e sexualidade de adolescentes e jovens produz afastamento afetivo e solidão intrafamiliar. Comumente ocorre uma dissonância por parte dos pais, entre as mensagens preconceituosas que interiorizaram da sociedade e o seu amor pelos filhos (Saltzburg, 2004).

Ao analisar a fragilidade ou rompimento de vínculos familiares decorrentes do processo de transição de gênero, institui-se no CAPS, Grupo de Apoio a Familiares de Adolescentes e Jovens transgêneros (binários e não-binários). O grupo que iniciou em setembro de 2023, possui periodicidade quinzenal e é voltado a grupo de familiares não vinculados estritamente a pais e mães, e sim a toda rede de apoio afetiva. A proposta deste grupo foi dialogada entre a equipe técnica e com os/as participantes do Grupo LGBTQIAP+. Para o primeiro encontro fora realizado uma roda de conversa e café da manhã de boas-vindas, onde alguns participantes do Grupo LGBTQIAP+ participaram como facilitadores junto aos coordenadores do grupo de familiares (psicóloga e assistente social concursados).

Atualmente participam 06 familiares, sendo que 04 desses são familiares de jovens do Grupo LGBTQIAP+. Para o primeiro semestre de 2024, busca-se ampliar as estratégias de divulgação para familiares no município, como



divulgação nas mídias sociais (como rádio local e Instagram). Além dos cartazes divulgados no serviço do CAPS e serviços de saúde, serão investidos os territórios escolares como espaços de captação de familiares que necessitem de apoio.

Tabela 2: perfil de familiares do Grupo de Apoio

Familiar	Identidade de gênero adolescente/jovem
Pai	Jovem Mulher Trans
Pai e Mãe	Adolescente Mulher Trans (não-binária)
Mãe e companheira	Adolescente Homem Trans (não-binária)
Mãe	Adolescente Homem Trans
Mãe	Adolescente Homem Trans

Fonte: elaborado pelos autores.

O ingresso no Grupo de Familiares se dá principalmente por convite dos pacientes em atendimento no Grupo LGBTQIAP+, porém também ocorrem situações de indicação terapêutica pela equipe do CAPS. Para além da perspectiva de ajustamento dos pais/familiares no processo de transição, trata-se de compreender eventuais sofrimentos decorrentes deste processo, que acaba por impactar também nos vínculos familiares. Busca-se contemplar encontros temáticos com temas disparadores, mas sensível às demandas trazidas pelos/as participantes.

A iniciativa de atenção psicossocial a familiares baseia-se em estudos sobre a temática como o objetivo assinalado por alguns autores (Frazão, 2008; Reis, 2017), tais como: evitar a exotização da comunidade LGBTQIAP+, desassociar a população às doenças sexualmente transmissíveis, o pessimismo acerca do futuro profissional e pessoal de pessoas LGBTQIAP+.



Além de gerir o preconceito internalizado, como a perda de prestígio/honra na família extensa e comunidade, os familiares necessitam de espaços de acolhida para lidar com as instituições e convenções do mundo cisheteronormativo, buscando sua própria “saída do armário”. O dispositivo grupal, nesse sentido, possibilita desenvolver uma coerência narrativa sobre todo o processo de aceitação da vivência LGBTQIAP+.

Pretende-se com a implementação do Grupo de Apoio de Familiares, ofertar um espaço de escuta e cuidado através da atenção multiprofissional, destinado a familiares de pessoas em processo de transição de gênero que muitas vezes vivenciam dificuldades na compreensão da redesignação de gênero. Outro aspecto é poder apoiar a vivência de um luto pelo filho/a/e idealizado e o desafio de utilizar o uso de pronomes corretos. Funciona como espaço de livre escuta, entendendo que além de um/a usuário/a/e em transição de gênero, há também uma família em transição.

As principais temáticas que têm sido abordadas pelo Grupo de Familiares são: processo de transição de gênero, linguagem inclusiva, rede social de apoio e luto simbólico. As falas recorrentes explicitam tanto estigmas e preconceitos advindo dos integrantes do grupo como do receio desses familiares com a discriminação e violência que pode vir dos espaços sociais. A ideação suicida e tentativas de suicídio, sendo um dos efeitos deletérios do estresse de minorias, são recorrentemente trazidos pelos familiares, que compartilham vivências e temores relacionados ao risco de vida de seus filhos/as/es.

Os familiares de jovens não binários costumam ter mais dificuldades de entender os processos subjetivos e sociais referentes às minorias de gênero e sexualidade. Nesse sentido, o percurso subjetivo de aceitação torna-se mais difícil, quando nenhuma base cisheteronormativa que reitera a binariedade dos corpos serve como modelo para os entendimentos a respeito das vivências LGBTQIAP+.

Por fim, identificamos a necessidade de aprimorar nossas reflexões acerca do acolhimento em grupo de familiares de adolescentes e jovens LGBTQIAP+, no entanto para o presente estudo não fora possível, devido à iniciativa ser recente. Todavia, indicamos algumas reflexões que possam incentivar sobre a importância de materializar e posteriormente analisar os efeitos da associação entre espaços de atenção psicossocial para adolescentes e jovens com os de promoção de cuidado aos familiares.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grupos terapêuticos LGBTQIAP+ possibilitam o reconhecimento de múltiplos agenciamentos subjetivos relacionados a noções de gênero que vão para além da lógica binária homem-mulher. Nesses espaços emergem questões a serem acolhidas, como o direito a luta por nome social e registro civil, acesso a tratamento hormonal, o compartilhamento de busca de reconhecimento nos espaços sociais (escola, cidade, família extensa), bem como as peculiaridades das demandas e modos de existência da população jovem não-binária.

As ações desempenhadas entendem que o grupo é um dispositivo de cuidado que abrange territorialidades múltiplas nas quais grupos LGBTTQIAP+ percorrem. A partir das demandas do grupo, buscou-se qualificar a oferta do cuidado na rede de atenção aos adolescentes e jovens, através da educação teórico-prática acerca das demandas de jovens LGBTQIAP+ enquanto questão indissociável à prática da educação para a cidadania de profissionais de saúde e educação. Ademais, o dispositivo grupal, possibilitou a implantação de espaço grupal para familiares que sendo ou não vinculados ao CAPS podem buscar um espaço psicossocial de compartilhamento e informações acerca da realidade vivida e processo de aceitação e reconhecimento intrafamiliar de seus filhos/os/as.

O cuidado em saúde mental deve, em diversos contextos serviços como saúde e educação, incluir o enfrentamento de questões estruturais e barreiras atitudinais que deixam essa população mais vulnerável a diversas formas de violências e violações de direitos, favorecendo o reconhecimento de pessoas transgêneras enquanto cidadãs de direitos e estímulo ao seu protagonismo na busca pela efetivação de seus direitos. Esperamos que este relato possa também inspirar outras iniciativas que permitam acesso ao direito fundamental de atenção à saúde e confirmem maior respeito e dignidade neste acesso e no reconhecimento desta população enquanto sujeitos de direitos.

REFERÊNCIAS



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261704 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261704>

Almeida, Vinicius Santos. Representing the Perception of Violence in São Paulo, Brazil in Mental Maps: Queer Cartography as a Theoretical and Methodological Approach. In: **Mapping LGBTQ Spaces and Places: A Changing World**. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 31-44.

Amaral, Augusto. L. M.; Gentini, Alfredo. G. M.; Amaral, Raquel A. Grupo como dispositivo: a micointervenção ecosófica nos processos de formação em educação ambiental. **Educação e Pesquisa**, v. 44, p. e170967, 2018. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844170967>.

Benevides, Daysiane. S. et al.. Cuidado em saúde mental por meio de grupos terapêuticos de um hospital-dia: perspectivas dos trabalhadores de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 14, n. 32, p. 127-138, jan. 2010.

Biroli, Flávia; Machado, Maria Das Dores Campos; Vaggione, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

Blankenheim, Thaís et al. Intervenções educativas para aprendizagem acerca de sexualidade e gênero no Brasil: uma revisão de escopo. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 53, p. 66-75, dez. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752021000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 fev. 2024. <http://dx.doi.org/10.23925/2175-3520.2021i53p66-75>.

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.836, de 11 de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html

Brasil. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial, Brasília, DF, 2016. Seção 1 p. 1. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm

Brasil. 2013. Ministério da Saúde. (org.). **PORTARIA Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013**. 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 28 set. 2020.

Chinazzo, Ítala. R. et al.. Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5045-5056, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.28532019>. Acesso em: 9 fev. 2024.



Conselho Federal de Medicina (CFM). **Resolução Nº 2.265**, de 20 de setembro de 2019. Diário Oficial da União. Edição 6, Seção: 1, Página 96.

Costa, Angelo B.; De Barros-Falcão, Carolina N.; Drehmer, Luciana B. R. **Psicoterapia e cuidados na saúde mental da população LGBTQ+:** um guia para psicoterapeutas e profissionais de saúde mental. Editora da PUCRS, 2022.

CREPOP. **Referências Técnicas para atuação de Psicólogas (os) no CAPS-Centro de Atenção Psicossocial.** Conselho Federal de Psicologia. Brasília. CFP, 2023.

Daltro, Mônica Ramos; Faria, Anna Amélia de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 223–237, 2019. DOI: 10.12957/epp.2019.43015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/43015>. Acesso em: 9 fev. 2024.

De Lauretis, Teresa. **The practice of love: Lesbian sexuality and perverse desire.** Indiana University Press, 1994.

De Souza Müller, Guilherme. A política estadual de promoção da equidade em saúde como proposição de resistência ao exílio da diversidade. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 609–631, 2024. DOI: 10.14295/de.v11i1.15446. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15446>. Acesso em: 9 fev. 2024.

Dos Santos Souza, Juliano et al. Desfechos negativos em saúde mental de minorias de sexo e de gênero: uma análise comportamental a partir da teoria do estresse de minorias. **Perspectivas em análise do comportamento**, v. 13, n. 1, p. 069-085, 2022.

Dornelles, Marcela Fernandes. **Adolescente transexual e o acesso à justiça: sobre a possibilidade de supressão dos hormônios da puberdade.** Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade La Salle, Canoas, 2019.

Feijo, Marina et al. Improving school outcomes for transgender and gender-diverse youth: A rapid review. **Policy Insights from the Behavioral and Brain Sciences**, v. 9, n. 1, p. 27-34, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/23727322211068021>. Acesso em 09 de fev. 2024.

Ferreira, Patrícia Trápaga et al. **População LGBT na Atenção Primária à Saúde em uma área programática do Município do Rio de Janeiro: a perspectiva do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica.** Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Tese de Doutorado, 2022.



Frazão, Pedro; Rosário, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. **Análise Psicológica**, v. 26, n. 1, p. 25-45, 2008.

Gomes, João Antonio Smania; Junior, Zeno Carlos Tesser. Experiências de médicos de família e comunidade no cuidado com a saúde de pacientes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 17, n. 44, p. 2407-2407, 2022.

Grespan, Carla Lisbôa; Goellner, Silvana Vilodre. “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”: Sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, n. 19, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v0i19.5251>. Acesso em: 09 fev. 2024.

Hercoles, C.; Miranda, S., Maio, E. R. Reflexões sobre a educação para pessoas trans na educação formal. In: Humberto da Cunha Alves de Souza, Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, Toni Reis, (orgs.). **Estudos sobre diversidade sexual e de gênero: atualidades, temas, objetos [livro eletrônico]**. 1. ed. Curitiba: IBDSEX, 228-232, 2020.

Jasiner, Graciela. **Coordinando Grupos – Una lógica para los pequeños grupos**. Buenos Aires, Argentina: Lugar Editorial, 2008.

Klug, Marlise Buchweitz; De Lima, Rosimeire Simões; Lebedeff, Tatiana Bolivar. A leitura em sala de aula como mediadora de construção de igualdade de gênero. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 13, n. 1, p. 95-113, 2016.

Lima, Helen Taner. Não-binariedade: uma saída da colonialidade de poder-saber-ser e de gênero. **Revista Seara Filosófica**, n. 21, p. 170-184, 2020.

Lucena, Sara G. Análise da passabilidade como mecanismo de proteção as experiências trans. In A. F. Dias, E. F. Santos, M. H. S. Cruz, J. M. Oliveira (Orgs.). **Conquer: I Conferência Internacional de Estudos Queer**, 2018.

Lugones, María. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. In: **Pensando los feminismos en Bolivia**. La Paz: Conexión Fondo de Emancipación, p. 129-139, 2012.

Lourau, René. Implicação-transdução. In: Altoé, S. (Org.). **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, p. 212-223, 2004.

Lourau, René. **A Análise Institucional**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Martins, Cícero Felix. Gênero e sexualidade na educação contemporânea. **Revista de psicologia**, v. 10, n. 33, p. 257-270, 2017.



Ministério da Saúde. **Censos, Contagem e projeções intercensitárias, segundo faixa etária, sexo e situação de domicílio**. Tabwin, DATASUS, 2020. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/pop>. Acesso em: 15 de set. 2022.

Miskolci, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n.21, Junho 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1745222009000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 agost. 2023.

Nascimento, Caroline Gonçalves et al. Todo mundo é igual? Construções de gênero sob o olhar da juventude. **Interações (Campo Grande)**, v. 22, p. 151-164, 2021.

Picoli, Bruno Antonio; Guilherme, Alexandre Anselmo. É possível Educação em Educação a Distância? Reflexões a partir da ética da responsabilidade de Levinas e do Eros transcendental de Gur-Ze'ev. **Praxis educativa**, v. 15, 2020.

Quintela, Débora Françolin. **Um ministério da família: da transversalidade de gênero à familiarização das políticas públicas federais**. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política. Brasília: Universidade de Brasília, 2024.

Reis, Denise Filipa da Silva. **Convergências e divergências familiares em torno da orientação sexual dos filhos: um estudo exploratório**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora, 2017.

Rosa, Eli Bruno Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, 2020.

Saidón, Osvaldo Isidoro. O grupo operativo de Pichon-Rivière-guia terminológico para construção de uma teoria crítica dos grupos operativos. **Grupos: teoria e técnica**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Saltzburg, Susan. Learning that an adolescent child is gay or lesbian: The parent experience. **Social Work**, v. 49, n. 1, p. 109-118, 2004.

Santos, Manoel Antônio; Brochado, José Urbano; Dos Santos Moscheta, Murilo. Grupo de pais de jovens homossexuais. SMAD, **Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas**, v. 3, n. 2, p. 1-16, 2007.

Scandurra, Cristiano et al. Health of non-binary and gender queer people: A systematic review. **Frontiers in psychology**, v. 10, p. 1453, 2019.



Simionato, Gabriel Donizetti Ferreira. Gêneros não-binários etnohistóricos. **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 7, n. 12, p. 318-337, 2022.

Shihadeh, Nizar Amin; Pessoa, Elisângela Maia; Silva, Fabiane Ferreira da. A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. **Barbarói**, p. 172-194, 2021.

Souza, J. dos S.; Marques, J. M.; Scanavino, M. De T.; Zamignani, D. R.; Costa, A. B. Desfechos negativos em saúde mental de minorias de sexo e de gênero: uma análise comportamental a partir da teoria do estresse de minorias. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 069–085, 2022. DOI: 10.18761/DH027.mart22. Disponível em: <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/836>. Acesso em: 9 fev. 2024.

Torres, Mariana Souza; Da Silva, Stella Alves Rocha. **Práticas Inclusivas para a População LGBTQIA+: Uma Abordagem Necessária nas Escolas**. Epitaya E-books, v. 1, n. 9, p. 193-204, 2021.

Universidade Federal do Rio Grande Do Sul/TelessaúdeRS. **Telecondutas: atendimento às pessoas transexuais e travestis na Atenção Primária à Saúde**. Faculdade de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. Porto Alegre: UFRGS, 2022. Disponível em: https://www.ufrgs.br/telessauders/wp-content/uploads/2022/08/tc_atendimento_pessoa_trans.pdf. Acesso em: 01 jan. 2024.

Submissão em 24 de fevereiro de 2024.

Aceite em 16 de maio de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

Internacional. Texto da Licença:



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261704 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261704>